

Informe COMSAUDE

FIESP

Informativo do Comitê da Cadeia Produtiva da Saúde

Ano 2 - Nº 35 – 05 de Julho de 2010

Nota Informativa:

Na próximo dia **14/07/2010**, às 10h00 no Auditório do 10º andar, acontecerá na FIESP, a **Reunião do GT de SAÚDE HUMANA**, com a Pauta:

-Discussão da CP 049/2010 –ANVISA, que trata sobre os registros de produtos biológicos.

Participe !!

Laboratórios defendem redução de tributos para baratear remédios.

Carga tributária é apontada como vilã no preço dos medicamentos; ICMS corresponde a mais de 15%

30 de junho de 2010 | 12h 01

Agência Brasil

BRASÍLIA - Representantes de laboratórios, da indústria e das farmácias apontam a carga tributária como a principal vilã nos preços dos medicamentos no Brasil.

De acordo com o setor, um dos tributos mais pesados é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que corresponde a mais de 15% no custo de um remédio. Cada Estado e o Distrito Federal cobram alíquotas diferenciadas do tributo.

Para o gerente-executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), Serafim Neto, uma das opções para baratear os remédios seria estabelecer um teto para a cobrança do ICMS sobre os remédios.

"Medicamento sempre vai ser caro porque tem custo alto. Uma das formas de minimizar é reduzir a carga de impostos", disse Neto, durante audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados sobre a política de reajuste.

O gerente alega ainda que o reajuste dos remédios é inferior, por exemplo, ao crescimento do salário mínimo. Segundo ele, de janeiro de 2003 a maio de 2010, o preço dos medicamentos subiu 50% - enquanto que, no mesmo período, de acordo com Neto, o salário mínimo mais do que dobrou. Outra reclamação do setor é a isenção do ICMS para os remédios veterinários.

Acompanhe:

COMSAUDE

twitter

www.twitter.com/comsaude

O ajuste no preço dos medicamentos e a regulação do mercado é feita pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), ligada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

De acordo com o chefe do Núcleo de Regulação da agência, Pedro Bernardo, a questão dos impostos é responsabilidade do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

"A Anvisa não tem como fazer nada. É difícil chegar a um consenso porque existem Estados que se beneficiam desse tipo de política [alíquota diferenciada do ICMS]", afirmou Bernardo na audiência.

São Paulo, sábado, 03 de julho de 2010

FOLHA DE S.PAULO ciência

Nova regra dificulta ainda mais importação científica, CNPq quer que universidades cuidem do processo, mas falta estrutura.

Cientistas dizem que eles mesmos terão de cuidar da burocracia, que inclui até pagar despachante aduaneiro

SABINE RIGHETTI
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

(Leia matéria na próxima página)

O programa de importação do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), chamado Importa Fácil, está dificultando a vida de quem precisa de material de fora do país para fazer pesquisa, argumentam cientistas.

O programa existe desde 2004, mas agora o CNPq começou a transferir às universidades e institutos de pesquisa a responsabilidade pelo processo de importação.

O problema é que as universidades não têm estrutura para fazer isso. Resultado: a burocracia acaba nas costas do próprio cientista, que precisa cuidar até do pagamento do despachante aduaneiro - cuja conta pode representar até um terço do valor do material importado.

"Pode-se ter atrasos de seis meses na pesquisa. Nos EUA e Europa, o suprimento de novos insumos leva um ou dois dias", afirma Jorge Kalil, imunologista da USP.

Kalil teve recentemente um pedido de importação devolvido pelo CNPq. A instituição afirmou que não fará mais importações. "Quem as fará? Eu?" -questiona.

A diretora de administração e financiamento do CNPq, Nívia Wanzeller, explica que a ideia do CNPq é que o processo de compra de material importado seja feito pela universidade ou instituição do cientista.

TREINAMENTO

"Se for preciso, o CNPq oferece treinamento técnico sobre o processo para universidades e instituições de pesquisa", afirma Wanzeller.

O CNPq é a principal instituição nacional que cuida dos trâmites de importação de material de pesquisa. Além dele, as fundações de amparo à pesquisa dos Estados também podem ajudar.

A Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) tem uma equipe que cuida dos processos de importação previstos nos auxílios à pesquisa.

"Nos Estados sem essa estrutura, não imagino como se faz pesquisa", diz a geneticista Mayana Zatz, diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP.

As dificuldades aumentam no caso de animais vivos (como ratos para experimentos), material biológico (como DNA) e de material que precisa de refrigeração.

"Chegamos a devolver material genético que recebemos como doação no final do ano passado, tamanha foi a burocracia para entrada no país", lembra Zatz.

Conforme o valor do produto importado cresce, os obstáculos também se tornam maiores, e a espera pode chegar a seis meses.

Os reflexos dos entraves na importação são piores na área da saúde. De acordo com Zatz, para que as pesquisas não sejam interrompidas, muito material é importado com antecedência, o que atrapalha o armazenamento.

"São meses para conseguir trazer material para pesquisa. Quando chega, não sabemos se está em boas condições", reclama ela.

AGÊNCIA PRÓPRIA

Zatz e Kalil estão liderando um grupo de cientistas que quer propor mudanças nas condições de importação. A ideia é tratar dos entraves, das regras da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e da criação de estrutura nas universidades para coordenar os pedidos.

"Cada instituição deveria ter algo como as atuais agências de inovação das universidades estaduais paulistas, para cuidar da captação e administração dos recursos para importação", analisa Zatz. "É o que existe em todas as universidades americanas."

FIESP Redes Sociais

twitter

flickr

You Tube

slideshare

Entenda as redes sociais

twitter

flickr

YouTube

slideshare